



Modernidade e Colonialidade: Estética, Espaço e Política no Palácio da Alvorada

Rogério Rezende

Universidade Católica de Lovaina

Modernidade e Colonialidade: Estética, Espaço e Política no Palácio da Alvorada

Resumo:

O artigo examina o Palácio da Alvorada como expressão emblemática da colonialidade inscrita na modernidade arquitetônica brasileira. Embora concebido como símbolo de ruptura e progresso, o edifício revela continuidades históricas entre o projeto modernista de Brasília e as formas de poder herdadas do passado colonial. A análise identifica três dimensões dessa permanência: estética, na apropriação seletiva da tradição luso-colonial; espacial, na separação entre áreas de representação e de serviço; e política, na fusão entre casa e Estado, característica das formações patriarcais e coloniais. Ao interpretar o Alvorada como um “monumento de ocupação moderna”, o estudo propõe repensar a arquitetura de Brasília, a partir de uma leitura de autores e autoras da teoria decolonial, evidenciando como a utopia modernista se apoia em estruturas simbólicas e sociais excluyentes. Assim, o artigo contribui para repensar o papel da arquitetura na construção — e na reprodução — das hierarquias de poder no espaço moderno.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna; Colonialidade; Brasília.

Modernidad y Colonialidad: Estética, Espacio y Política en el Palacio de la Alvorada

Resumen:

El artículo examina el Palacio de la Alvorada como expresión emblemática de la colonialidad inscrita en la modernidad arquitectónica brasileña. Aunque concebido como símbolo de ruptura y progreso, el edificio revela continuidades históricas entre el proyecto modernista de Brasilia y las formas de poder heredadas del pasado colonial. El análisis identifica tres dimensiones de esta permanencia: estética, en la apropiación selectiva de la tradición luso-colonial; espacial, en la separación entre áreas de representación y de servicio; y política, en la fusión entre casa y Estado, característica de las formaciones patriarcales y coloniales. Al interpretar el Alvorada como un “monumento de ocupación moderna”, el estudio propone una lectura decolonial de la arquitectura de Brasilia, evidenciando cómo la utopía modernista se apoya en estructuras simbólicas y sociales excluyentes. Así, el artículo contribuye a repensar el papel de la arquitectura en la construcción —y reproducción— de las jerarquías de poder en el espacio moderno.

Palabras clave: Arquitectura Moderna; Colonialidad; Brasilia.

Modernity and Coloniality: Aesthetic, Spatial, and Political Dimensions in the Alvorada Palace

Abstract:

This Article Examines The Palácio Da Alvorada As An Emblematic Expression Of Coloniality Embedded In Brazilian Architectural Modernity. Although Conceived As A Symbol Of Rupture And Progress, The Building Reveals Historical Continuities Between Brasília's Modernist Project And The Forms Of Power Inherited From The Colonial Past. The Analysis Identifies Three Dimensions Of This Persistence: Aesthetic, In The Selective Appropriation Of Luso-Colonial Tradition; Spatial, In The Separation Between Representational And Service Areas; And Political, In The Fusion Between House And State, Characteristic Of Patriarchal And Colonial Formations. By Interpreting The Alvorada As A “Monument Of Modern Occupation,” The Study Advances A Decolonial Reading Of Brasília's Architecture, Exposing How The Modernist Utopia Rests Upon Exclusionary Symbolic And Social Structures. Ultimately, The Article Contributions To Rethinking The Role Of Architecture In The Construction—And Reproduction—Of Power Hierarchies Within Modern Space.

Keywords: Modern Architecture; Coloniality; Brasilia.

Introdução

Ao longo de mais de seis décadas, Brasília tem suscitado interpretações diversas, dividindo críticos e entusiastas. De um lado, é celebrada como um expoente da arquitetura moderna brasileira — um modernismo singular, de identidade própria e marcado por um forte caráter nacionalista. De outro, é apresentada como exemplo paradigmático do urbanismo funcionalista internacional, expressão dos ideais universalistas da Carta de Atenas e símbolo de ruptura com as tradições urbanas e culturais do país.

Para Juscelino Kubitschek (1957), a construção de Brasília representaria um novo marco civilizatório e uma continuidade histórica do processo de desenvolvimento iniciado com a colonização portuguesa no século XV. Da mesma forma, Lucio Costa, arquiteto e autor do plano de Brasília, descreveu o projeto urbano como “um ato deliberado de posse, um gesto de pioneirismo, nos moldes da tradição colonial” (COSTA, 1995a, p. 283).

Críticos, no entanto, leram Brasília não como continuidade, mas como ruptura em relação às formações históricas anteriores. James Holston, por exemplo, observa que “a viagem a Brasília pelo Planalto Central é uma jornada de separação” (HOLSTON, 1989, p. 3). A nova capital é descrita como situada em um lugar comumente referido como “no meio do nada”: distante não apenas fisicamente, mas também cultural e simbolicamente. De modo semelhante, Berman (1988) viu em Brasília uma tradução literal dos ideais universalistas do modernismo ocidental, resultando em uma cidade abstrata, excessivamente formal e destituída de identidade cultural específica.

Este artigo propõe revisar a ideia de continuidade entre modernidade e tradição sob outro prisma: se Brasília retoma a tradição colonial, isso implica também a continuidade da colonialidade no interior de sua modernidade? De que modo ela se materializa na arquitetura da cidade? Pode-se afirmar que a modernidade de Brasília — embora formalmente distinta do passado colonial — carrega valores semelhantes?

A intenção deste artigo, além de uma abordagem historiográfica, é compreender como a colonialidade se manifesta materialmente no ambiente construído — nas formas, nas espacialidades e nas hierarquias inscritas no projeto arquitetônico —, revelando como ela moldou os valores e subjetividades que sustentam a arquitetura da cidade. Argumenta-se que, mesmo quando concebidos como símbolos de emancipação e progresso, os espaços modernistas podem reproduzir, conscientemente ou não, valores e lógicas coloniais.

A análise concentra-se no Palácio da Alvorada, um dos primeiros edifícios erguidos na nova capital e um dos marcos da linguagem arquitetônica de Oscar Niemeyer. O palácio constitui um ponto de inflexão onde, deliberadamente, modernidade e colonialidade se entrelaçam: sob a aparência da pureza formal modernista, o edifício atualiza valores simbólicos herdados da casa-grande colonial, reafirmando a fusão entre domesticidade, poder e fé que estrutura a tradição patriarcal brasileira. A partir desse entendimento, busca-se compreender como a colonialidade se materializa nas formas e nos discursos da arquitetura modernista, e como Brasília — concebida como utopia de futuro — reinscreve os fantasmas de seu passado colonial.

Modernidade como colonialidade

Para Heynen (1999), a modernidade pode ser entendida como uma condição histórica e um projeto de progresso e desenvolvimento, geralmente associado ao século XVIII e ao Iluminismo. Define-se pela industrialização, pela urbanização e pela ascensão do capitalismo — processos que perduram até o presente. Ao mesmo tempo, a modernidade se apresenta como uma missão civilizatória, destinada a reformar a sociedade e a cultura por meio da difusão de novos saberes, tecnologias e formas de organização social.

Para Quijano (1992), essa noção de modernidade, centrada nas experiências europeia e norte-americana, apresenta-se como oposição ao que é rotulado como arcaico ou ultrapassado — como o colonialismo —, quando, na realidade, modernidade e colonialidade constituem uma relação dialética e inseparável. Ele argumenta que a modernidade não é apenas um período histórico, mas um fenômeno social inseparável do colonialismo e do racismo. Em vez de surgir no século XVIII, ele situa sua origem no século XV, com a colonização das Américas e o nascimento de uma ordem mundial fundada na exploração de povos e territórios coloniais. Nessa perspectiva, colonialismo e colonialidade não são sinônimos: o primeiro corresponde à dominação política e econômica em um contexto histórico específico; o segundo designa uma estrutura que sobrevive ao colonialismo, moldando as formas de conhecimento, as relações de gênero, as subjetividades e as aspirações das sociedades contemporâneas (LUGONES, 2006).

Nesta linha, Ramón Grosfoguel (2007) sustenta que a matriz colonial de poder organiza todas as dimensões da vida social com base na superioridade da visão de mundo ocidental sobre as cosmologias racializadas do “Outro”. Essa matriz atua, simultaneamente, no trabalho, na economia, na política, na religião, na cultura e na produção do conhecimento, estabelecendo hierarquias que privilegiam o branco sobre o não branco, o

masculino sobre o feminino, o cristianismo sobre outras crenças, o saber ocidental sobre epistemes alternativas e as línguas europeias sobre as nativas.

Essas hierarquias, entretanto, não são vestígios do passado, mas estruturas constitutivas da própria modernidade, que continuam a moldar as relações de poder e de saber. Assim, modernidade e colonialidade são conceitos inseparáveis — ou, como afirma Quijano (1992), modernidade é colonialidade. Essa perspectiva crítica, conhecida como Giro Decolonial ou Teoria Decolonial, parte desse reconhecimento: as desigualdades que marcam a América Latina não se restringem à esfera econômica, mas têm raízes epistemológicas profundas, inscritas nessa matriz de dominação.

Mais recentemente, autores como Vázquez (2020) estenderam o debate decolonial ao campo da estética, argumentando que a estética moderna — baseada em ideais de pureza, racionalidade e universalidade — integra o sistema colonial de poder. Ela impõe padrões normativos que desqualificam sensibilidades não ocidentais, reduzindo a diversidade cultural a parâmetros eurocentrados. Decolonizar a estética, nesse sentido, significa reconfigurar nossa relação com o sensível, reconhecendo-o como dimensão constitutiva da existência e do conhecimento.

Colonialidade, Decolonialidade e Arquitetura

Segundo Heynen (2013), a relação entre arquitetura e colonialidade é intrínseca, uma vez que o espaço construído, historicamente, tem operado como instrumento de poder e dominação. Desde as cidades coloniais — concebidas como dispositivos de controle — até as capitais modernas projetadas como símbolos de racionalidade e progresso, a arquitetura participa da materialização de hierarquias sociais e políticas. Como observa Edward Said (1978), a produção do espaço e do conhecimento esteve historicamente vinculada à construção da alteridade — um processo por meio do qual o “Outro” é representado, classificado e disciplinado através de formas espaciais e discursos estéticos.¹

No campo da Arquitetura, a teoria pós-colonial — desenvolvida sobretudo no contexto do neocolonialismo anglo-saxão — problematizou a centralidade das narrativas europeias que dominaram a historiografia e a crítica arquitetônica.

¹ Publicado em 1978, *Orientalism*, de Edward Said, é uma obra seminal nos estudos pós-coloniais. O autor demonstra como o “Oriente” foi construído discursivamente pelo Ocidente como um espaço de alteridade, inferioridade e exotismo, servindo à legitimação de projetos coloniais e imperiais. Said revela que o orientalismo não é apenas um campo de estudo, mas um dispositivo de poder e conhecimento que estrutura a forma como o Ocidente percebe e domina o “Outro”.

Autores como Jyoti Hosagrahar (2012) demonstraram que o modernismo, freqüentemente apresentado como linguagem universal, expressa também uma visão de mundo ocidental que marginalizou outras experiências espaciais. Nesse debate, a teoria decolonial avança um passo além: enquanto o pós-colonialíssimo enfatiza as heranças do colonialismo histórico, a decolonialidade identifica a persistência estrutural dessas lógicas no presente, como parte constitutiva da modernidade.

Embora não trate diretamente da temática da colonialidade, Foucault (1975) exerceu influência decisiva sobre os estudos pós-coloniais e, de maneira indireta, também sobre parte da literatura decolonial (HOSAGRAHAR, 2012). Sua análise das relações entre saber, poder e espaço introduz a ideia de que nenhum espaço é neutro: todo ambiente é atravessado por disputas, funcionando como um dispositivo onde relações de poder são produzidas, organizadas e continuamente reatualizadas. A partir dessa perspectiva, analisar a arquitetura implica reconhecer que formas espaciais, padrões de organização urbana e práticas cotidianas não são meros dados técnicos ou estéticos, mas elementos que contribuem para perpetuar hierarquias sociais, raciais e de gênero. Assim, o espaço construído participa ativamente da manutenção — ou da contestação — dessas estruturas de dominação.

Neste sentido, pode-se afirmar que a arquitetura moderna, com sua abordagem funcionalista, com sua setorização e sua obsessão pela ordem, é um exemplo paradigmático dessa racionalidade: ao organizar a arquitetura segundo critérios de eficiência e controle, traduz no espaço construído a lógica da separação e da vigilância. A própria noção de “planejar” encerra um gesto de autoridade — aquele que define o que deve ser ordenado define também quem pode ocupar, habitar e pertencer.

No Brasil, nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas que mobilizam o pensamento decolonial para revisitá a história e a historiografia da arquitetura moderna (LARA, 2019; MOASSAB, 2019; NAME, 2021; CUNHA; MOASSAB, 2022; VELLOSO, 2022). Esses estudos mostram como o discurso sobre o modernismo nacional foi moldado por perspectivas eurocêntricas e por uma concepção restrita de cultura e identidade. Ao confrontar as narrativas canônicas, propõem uma leitura mais ampla e crítica, destacando a persistência das estruturas coloniais nos modos de projetar, regular e representar o espaço.

Decolonizar a arquitetura, portanto, não significa apenas diversificar estilos, autores ou narrativas, mas reformular o próprio regime epistemológico da disciplina. Trata-se de questionar quem projeta, para quem e com quem se projeta, e a partir de quais sistemas de conhecimento. A decolonialidade propõe, assim, uma reconfiguração ética e política do espaço, capaz de deslocar os paradigmas universais da modernidade e abrir

caminho para modos plurais de habitar e de pensar o mundo — modos que o modernismo brasileiro, em sua busca pela pureza formal e pela universalidade, frequentemente silenciou (REZENDE; HEYNEN, 2024; 2025).

Em última instância, a leitura decolonial da arquitetura revela que o espaço é, também, um campo de resistência e de reexistência. Desvendar as continuidades entre modernidade e colonialidade é condição necessária para imaginar novas formas de construir e conviver — práticas espaciais comprometidas não com a reprodução do poder, mas com a produção de justiça, diversidade e emancipação.

A retórica da colonização em Brasília

A fundação de Brasília foi acompanhada por uma narrativa épica que mobilizou imagens e metáforas diretamente associadas à colonização portuguesa. Nos discursos de Kubitschek (1957) e de Costa (1995a), a construção da nova capital aparece como gesto de conquista e de civilização, retomando o imaginário do bandeirante e do pionheiro (Figura 1). Essa retórica da colonização cumpriu um papel político essencial: legitimar o projeto modernista como missão histórica de integração nacional e de moralização do território.

Em *Por que construí Brasília?* (1975), Kubitschek apresenta a construção da nova capital como uma reatualização do “espírito bandeirante” — uma nova tomada de posse do interior “selvagem” do país. O deslocamento da capital do litoral para o Planalto Central é descrito como uma reconquista do território, estabelecendo uma analogia direta com o colonialismo. Nesse discurso, o gesto colonizador é convertido em metáfora da modernização e do progresso nacional. A narrativa do “vazio demográfico” e da “terra virgem” reforçava a imagem de redenção civilizatória, apagando a presença de populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais já estabelecidas na região (TAVARES, 2020).

Costa partilhou da mesma lógica. No *Relatório do Plano Piloto* (1995 [1957]), definiu Brasília como “ato deliberado de posse”, conferindo ao Urbanismo uma dimensão performativa: a cidade não seria resultado de um plano regional, mas sua causa. Ao fundá-la, o Estado reconquistaria o próprio território. A cruz formada pelo encontro dos eixos urbano e monumental sintetizava essa dupla vocação — racional e cristã, técnica e espiritual. A cerimônia de inauguração da capital, realizada em 3 de maio — data da primeira missa no Brasil —, reforçou essa simbologia, transformando o evento político em ritual religioso de refundação da nação (VIDAL, 2002).

Figura 1. Kubitschek retratado como um conquistador colonial



Nessa operação discursiva, modernidade e colonialidade se revelam como dimensões interdependentes. O progresso técnico é apresentado como uma missão moral, e tanto o arquiteto quanto o político são investidos do papel de “colonizadores benevolentes”, portadores da luz civilizatória.

Ao representar Brasília como uma empresa civilizatória, Costa e Kubitschek reproduzem — consciente ou inconscientemente — as estruturas simbólicas do colonialismo que afirmavam transcender. A cidade converte-se, assim, em instrumento de apropriação territorial e de legitimação do poder, revestido por uma linguagem modernista e por uma espiritualidade cristã.

Essa fusão entre técnica e fé, pioneirismo e dominação, constitui o cenário em que Brasília se ergue. Nesse contexto, o Palácio da Alvorada emerge como emblema máximo da colonialidade inscrita na modernidade brasileira — um edifício que, ao celebrar o futuro, reencena o gesto fundador da conquista.

O Palácio da Alvorada e a Casa-Grande

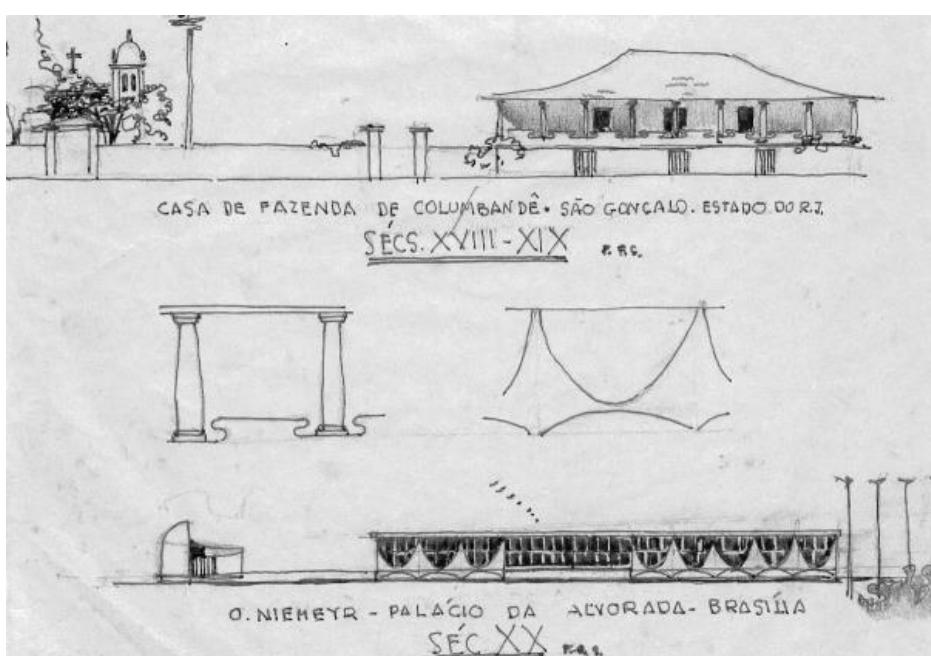
Antes mesmo de Brasília existir, já se erguia o edifício destinado ao presidente da República: o Palácio da Alvorada. Considerado uma das obras-primas de Niemeyer, o Alvorada é também um dos exemplos mais emblemáticos da fusão entre modernidade e

tradição colonial na arquitetura moderna brasileira. Seu volume de vidro suspenso sobre colunas brancas, refletido no espelho d'água, tornou-se um ícone nacional e a imagem inaugural da nova capital. No entanto, sob a aparência de leveza e abstração modernista, o palácio encerra uma complexa rede de significados históricos e simbólicos. Ele representa não apenas o início de Brasília, mas também a persistência da colonialidade no coração da modernidade brasileira (Figuras 2 e 3).

Figura 2. Palácio da Alvorada e Capela (Joana França, 2023).



Figura 3. Desenho de Paulo Ferreira dos Santos mostrando a relação morfológica e conceitual entre a Casa de Fazenda de Columbandê e o Palácio da Alvorada (Núcleo de Documentação e Pesquisa —NPD-FAU/UFRJ).



A historiografia tem frequentemente estabelecido paralelos entre o Alvorada e as antigas casas-grandes das fazendas coloniais, tanto em sua linguagem formal quanto em sua simbologia social. O ponto de partida para compreender essa relação é a leitura proposta por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (1933). Nesse clássico, Freyre analisa o sistema patriarcal da sociedade colonial a partir da organização espacial do engenho, composto pela casa-grande — imponente, elevada, visível — e pela senzala — invisível, periférica e subordinada. Essa disposição espacial não era apenas arquitetônica: traduzia uma estrutura social fundada na desigualdade e na hierarquia racial.

A casa-grande, descrita por Freyre como construção robusta, com varandas amplas e ornamentadas, simbolizava o poder patriarcal, a propriedade e o prestígio. Suas varandas — zonas de transição entre o público e o privado — tinham função ambígua: protegiam do sol e da chuva, mas também serviam como palco de sociabilidade e ostentação. À sombra delas, a senzala confinava corpos escravizados, configurando o espaço da subordinação e da desumanização. A leitura de Freyre, apesar de ser bastante criticada passados quase cem anos de sua publicação original, exerceu grande influência entre arquitetos e intelectuais das décadas de 1930 a 1960, consolidando a casa-grande como um emblema das origens da “identidade brasileira”.

Costa, à frente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi um dos principais difusores dessa visão. Em texto de 1951, escreveu:

A máquina de morar brasileira, à época da Colônia e do Império, dependia dessa mistura de coisa, bicho e pessoa que era o escravo. Se as casas antigas parecem hoje inabitáveis pelo desconforto, é porque o negro lhes falta. Ele era a água encanada, a luz elétrica, o interruptor, o botão de campainha (COSTA, 1995b, p. 160)

O tom desse trecho é revelador: ele expõe o caráter desumanizador da representação da população negra — reduzida a uma extensão da casa e de suas funções — e evidencia como a escravidão foi elemento estruturante da arquitetura doméstica colonial. Costa reconhece, ainda que sem problematizar, o papel central do trabalho escravizado na organização do espaço, naturalizando uma relação de dependência marcada pela racialização. De modo semelhante, Carlos Lemos (1989) afirma que “nossa antiga casa patriarcal não pode ser imaginada sem a presença do escravo solícito”, perpetuando o mesmo olhar paternalista que confunde submissão forçada com lealdade voluntária.

Essas leituras, longe de superadas, moldaram a maneira como a tradição colonial foi apropriada pelo modernismo brasileiro. Costa e Lemos, influenciados por Freyre, consideraram a casa-grande um patrimônio cultural legítimo, símbolo da continuidade histórica do país. A crítica à escravidão cedia lugar à celebração da “autenticidade” nacional, reforçando a ideia de que a herança luso-colonial constituía a base da identidade arquitetônica do Brasil moderno.

É nesse contexto que se comprehende o Palácio da Alvorada. Tal como a casa-grande, ele afirma sua monumentalidade por meio da implantação isolada na paisagem, em posição elevada e estratégica. O edifício apresenta uma planta retangular simples: uma “caixa” de vidro suspensa sobre o solo, sustentada por duas lajes horizontais e uma sequência de colunas esculturais. Essas colunas — talvez o elemento mais icônico de Niemeyer — desenham um pórtico contínuo que envolve o edifício e funciona como varanda. Assim como nas casas senhoriais coloniais, essas varandas não cumprem apenas funções climáticas, mas também rituais e simbólicas: são espaços de exibição, contemplação e distinção (Figura 4).

O programa do Alvorada reforça essa analogia. O subsolo abriga as áreas de serviço e alojamentos dos funcionários (Figura 5); o térreo concentra as funções ceremoniais e administrativas (Figura 6); e o pavimento superior é reservado à residência presidencial (Figura 7). Circulações independentes garantem que empregados e moradores não se cruzem — uma separação que traduz, na escala moderna, a antiga distância entre casa-grande e senzala. Essa hierarquia espacial não é neutra: ela materializa distinções de classe, gênero e raça, reiterando a invisibilidade dos corpos e dos trabalhos que sustentam o poder.

A simbologia do conjunto é reforçada por dois outros elementos. A capela, conectada ao palácio por uma passarela, evoca as capelas anexas às casas-grandes coloniais e reafirma a fé católica como fundamento moral e legitimador do poder político. Já as palmeiras imperiais, alinhadas à entrada principal, a monumentalizam e associam a paisagem domesticada ao ideal de civilização — uma herança paisagística do século XIX que articula natureza, distinção e autoridade (D'ELBOUX, 2006).

A implantação isolada do palácio, em meio ao vazio do Planalto Central, é, igualmente, significativa. Antes mesmo de existir a cidade, o Alvorada já estava lá — como sede senhorial erguida no “território conquistado”. Sua presença antecede o próprio tecido urbano e afirma, simbolicamente, o domínio do Estado sobre a paisagem. Assim como as casas-grandes foram marcos de ocupação colonial, o palácio torna-se monumento da ocupação moderna: um gesto de posse que converte o espaço natural em território político.

Figura 4. Capa de Arquitetura na Formação do Brasil, ligando o Palácio da Alvorada à casa-grande (BICCA; BICCA; TELLES, 2008).



Figura 5. Planta baixa do subsolo do Alvorada. (Élcio Gomes, 2012).

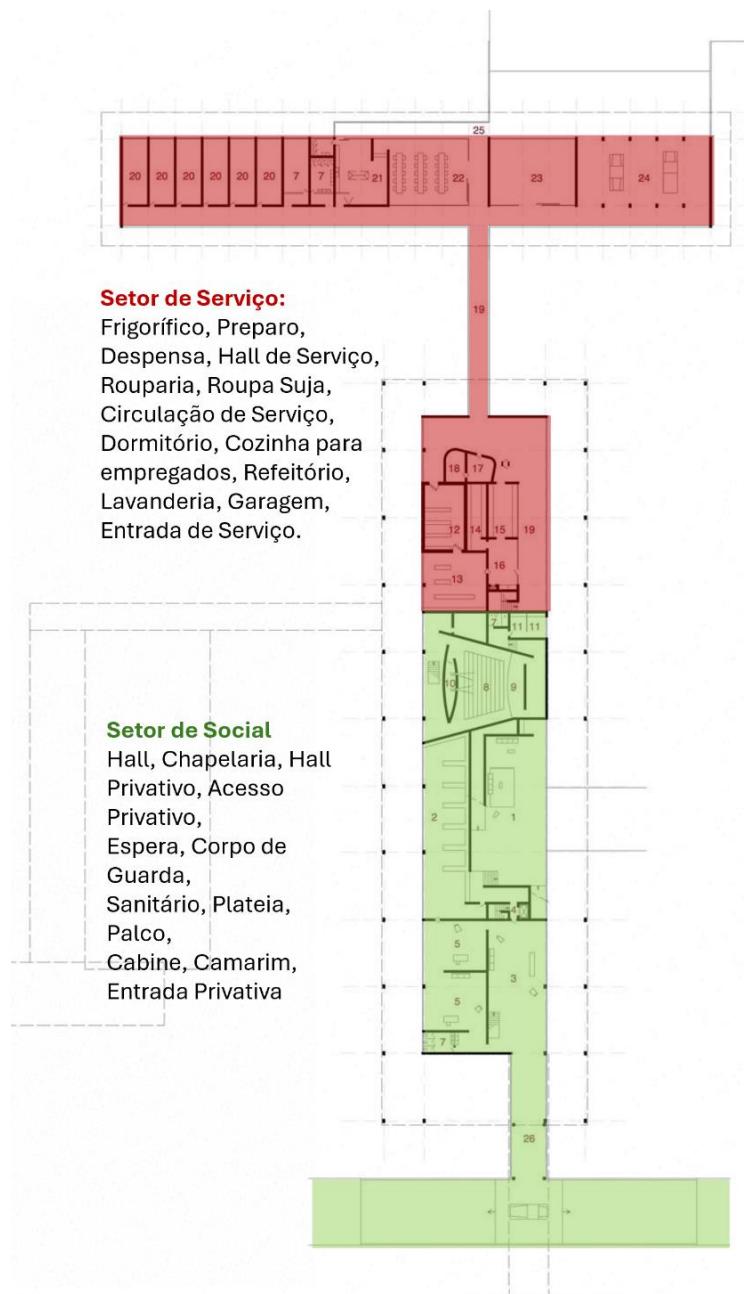


Figura 6. Planta baixa do térreo do Alvorada (Élcio Gomes, 2012).

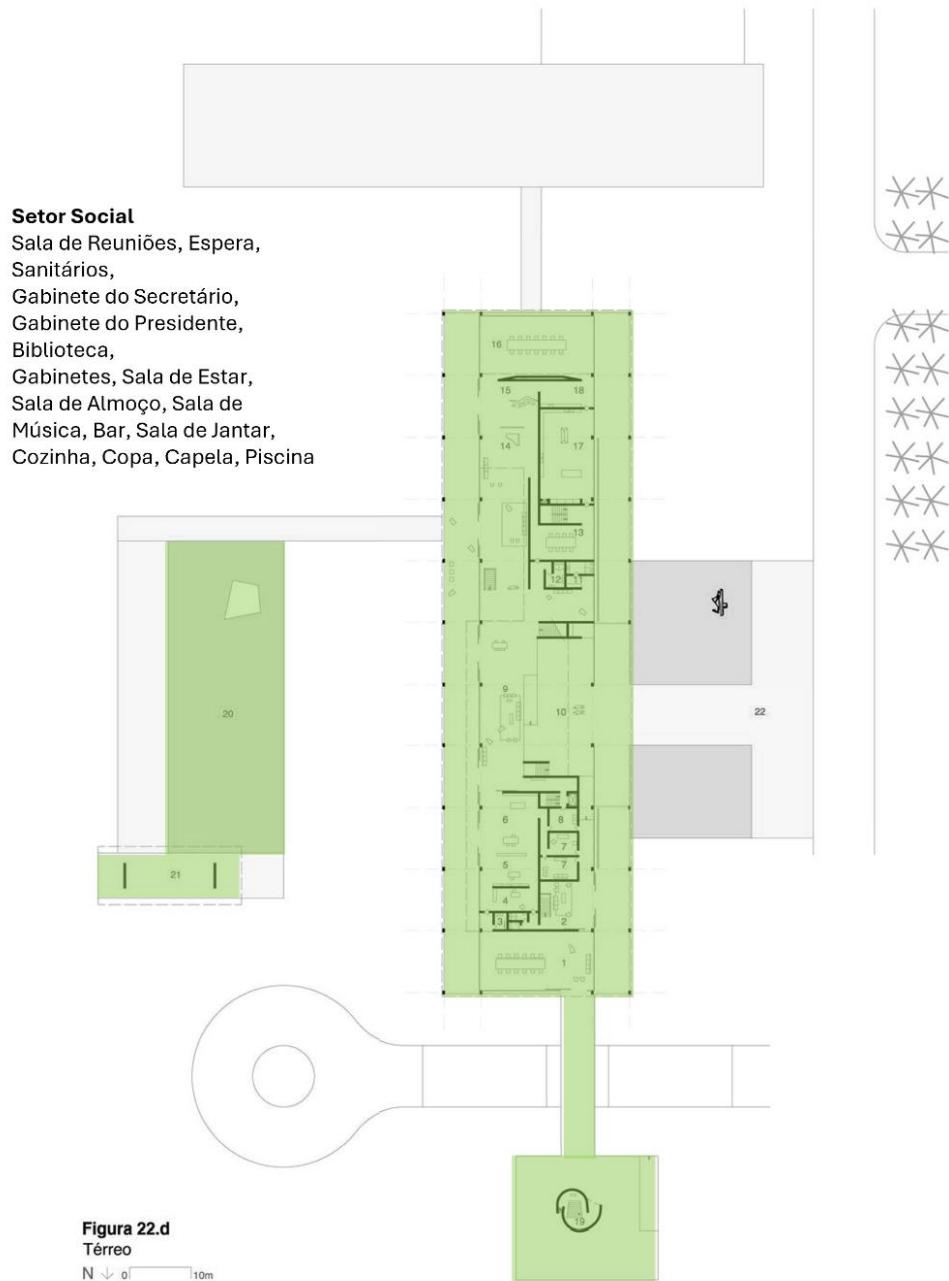
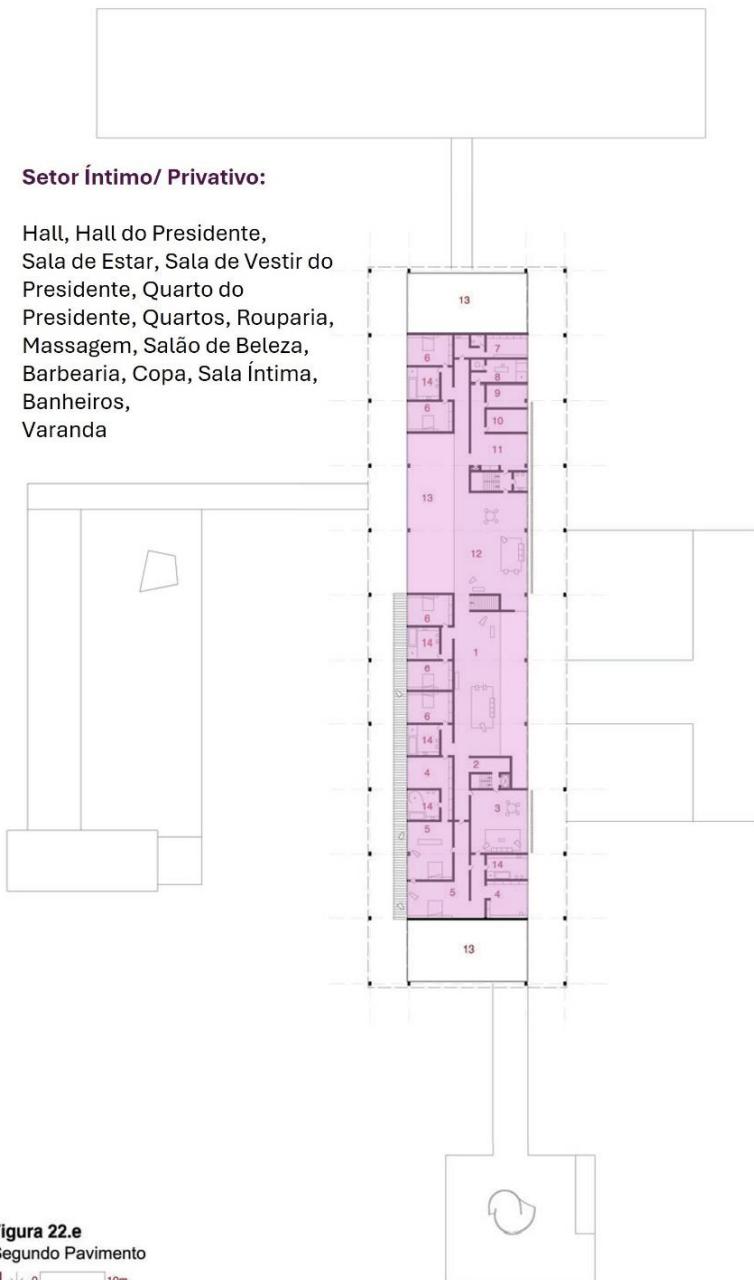


Figura 7. Planta baixa do segundo pavimento do Alvorada (Élcio Gomes, 2012).



Em síntese, pode se dizer que a colonialidade manifesta-se, nesse edifício, em diferentes camadas. No plano estético, evidencia-se na apropriação da tradição luso-colonial como repertório de legitimidade. No plano espacial, observa-se a permanência de hierarquias expressas em acessos e circulações segregadas, que mantêm invisível o trabalho servil, e que são atravessadas por questões de classe, raça e gênero. Por fim, no plano político, com a fusão entre casa e governo, entre família e Estado, somada à religião, reitera-se o modelo patriarcal e colonial que Brasília pretendia superar, mas acabou por atualizar em novas formas.

Embora a analogia entre o Alvorada e a casa-grande seja amplamente reconhecida, a maior parte das análises privilegia seus aspectos formais, sem considerar as implicações simbólicas e sociais dessa herança. Pouco se discute, por exemplo, que o projeto original previa apenas funções administrativas e que a inclusão da residência presidencial foi posterior — decisão que funde a esfera pública à doméstica, o Estado à família. Essa fusão expressa a continuidade de uma tradição patriarcal na qual o poder político se confunde com a autoridade pessoal do governante.

A influência colonial, portanto, ultrapassa as colunas e as varandas do Alvorada. O edifício funciona como tradução espacial da colonialidade: um espaço que, sob o signo da modernidade, reinscreve valores antigos de hierarquia, domesticidade e fé. Aopropriar-se dos códigos estéticos e espaciais da casa-grande, Niemeyer cria uma ponte entre o passado colonial e o Estado republicano, transformando o palácio em alegoria do poder nacional.

Mais que uma continuidade formal, o Alvorada reafirma uma continuidade estrutural. Sua arquitetura associa autoridade à domesticidade e legitima o poder por meio da estética da pureza e da ordem. Sob a luz branca do modernismo, sobrevivem os mesmos pilares da sociedade colonial: o patriarca no centro, o trabalho servil invisível e a religião como legitimadora da hierarquia. O Palácio da Alvorada, ícone da modernidade brasileira, é também, em sua essência simbólica, a última casa-grande — a forma moderna de um poder que nunca deixou de ser colonial.

Conclusão

A análise do Palácio da Alvorada à luz da crítica decolonial permite compreender Brasília não apenas como expressão da modernidade, mas como materialização da colonialidade em forma moderna. O edifício de Niemeyer sintetiza as contradições do modernismo brasileiro: ao mesmo tempo em que proclama o novo, reafirma hierarquias

antigas; enquanto se pretende universal e emancipador, baseia-se em símbolos e estruturas herdadas da ordem colonial.

Ao longo do artigo, argumentou-se que modernidade e colonialidade não são categorias opostas, mas dimensões interdependentes de um mesmo processo histórico. A modernidade arquitetônica de Brasília emerge, assim, como continuação — e não negação — da lógica de dominação colonial. A estética da transparência e da racionalidade encobre a persistência de uma organização espacial fundada na exclusão e na hierarquia: um espaço que torna visível o poder e invisível o trabalho que o sustenta.

O Palácio da Alvorada é exemplar nesse sentido. Sua composição formal — marcada pela leveza, simetria e monumentalidade — foi concebida para representar o espírito moderno e democrático da nova capital. Contudo, seu programa e sua organização espacial reeditam o modelo da casa-grande, reproduzindo a separação entre senhores e servos, o culto à domesticidade patriarcal e a associação entre fé, família e Estado. Sob a aparência modernista, o edifício reafirma uma estrutura social em que o poder é exercido a partir do espaço doméstico e do corpo masculino, branco e letrado que o habita.

Essa leitura revela que o modernismo brasileiro, no geral, longe de ser um projeto neutro ou universal, operou como instrumento de legitimação simbólica da colonialidade. Ao transformar a tradição luso-colonial em herança estética e moral, a arquitetura modernista perpetuou as exclusões que dizia superar. Brasília, concebida como utopia de futuro, refunda a nação sobre a mesma gramática espacial de distinção e subordinação.

Reconhecer essa ambiguidade não significa negar o valor artístico ou histórico do modernismo, mas situá-lo criticamente em sua totalidade. Uma leitura decolonial não busca destruir o legado de Brasília, e sim desvelar suas contradições, abrindo espaço para outras narrativas e sensibilidades. O desafio, portanto, é imaginar um campo arquitetônico capaz de superar a colonialidade estética e espacial, incorporando perspectivas plurais, epistemologias situadas e modos de habitar historicamente silenciados. Somente assim será possível reconfigurar um horizonte de mudança no campo da arquitetura, entendendo-a não apenas como exercício de reflexão crítica, mas como prática espacial comprometida com a redução das desigualdades simbólicas e materiais. Trata-se de assumir a arquitetura como instrumento de emancipação, capaz de produzir espaços que questionem privilégios, redistribuem visibilidades e promovam novas formas de convivência. Ao incorporar epistemologias situadas, experiências subalternizadas e modos de habitar historicamente silenciados, abre-se a possibilidade de um

projeto arquitetônico verdadeiramente decolonial — um projeto que não apenas denuncia a colonialidade, mas intervém sobre ela, transformando o espaço em campo de justiça social e reparação histórica.

Referências

- BERMAN, Marshall. **All that is solid melts into air: the experience of modernity.** New York: Penguin Books, 1988.
- BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo; TELLES, Augusto Carlos da Silva (ORGs.). **Arquitetura na formação do Brasil.** 2a. ed ed. Brasília, DF, Brasil: Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Representação da UNESCO no Brasil : Banco Interamericano de Desenvolvimento : Monumenta, IPHAN, Ministério da Cultura, 2008.
- COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília (1957). In: **Lucio Costa: Registro de uma vivência.** São Paulo, SP: Empresa das Artes, 1995a. p. 283–299.
- COSTA, Lucio. Muita construção, alguma arquitetura e um milagre (1951). In: **Lucio Costa - Registro De Uma Vivencia.** São Paulo, Brazil.: Empresa Das Artes, 1995b. p. 157–71.
- CUNHA, Gabriel Rodrigues Da; MOASSAB, Andreia. Modernidade-colonialidade na construção da hegemonia tecnocientífica do concreto armado dos países dependentes. **PosFAUUSP**, v. 29, n. 54, p. e176921, 7 abr. 2022.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 14, n. 2, p. 193–250, dez. 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir : naissance de la prison.** Paris: Gallimard Paris, 1975.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala : formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- GROSFOGUEL, Ramón. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 211–223, mar. 2007.
- HEYNEN, Hilde. **Architecture and modernity: a critique.** Second printing ed. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1999.
- HEYNEN, Hilde. The Intertwinement of Modernism and Colonialism: a Theoretical Perspective. **Docomomo Journal**, n. 48, p. 10–19, 1 jul. 2013.
- HOLSTON, James. **The modernist city: an anthropological critique of Brasília.** Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- HOSAGRAHAR, Jyoti. Interrogating Difference: Postcolonial Perspectives in Architecture and Urbanism. In: CRYSLER, C. Greig; CAIRNS, Stephen; HEYNEN, Hilde (Orgs.). **The SAGE Handbook of Architectural Theory.** [S.l.]: SAGE Publications, 2012. p. 70–84.
- KUBITSCHKE, Juscelino. A Fundação de Brasília é a Fundação do Equilíbrio da Nação Brasileira... **Revista Brasília**, v. 3, p. 3–4, mar. 1957.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.
- LARA, Fernando Luiz. A stitch in time: the legacy of colonialism in the Americas. **Architectural Review**, 18 out. 2019.
- LEMOS, Carlos A. **História Da Casa Brasileira.** São Paulo: Editora Contexto, 1989.

LUGONES, Maria. Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186–209, 29 nov. 2006.

MOASSAB, Andreia. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 134–153, 2019.

NAME, Leonardo. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 28, n. 52, p. e176627, 2 jul. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 3, n. 29, p. 11–20, 1992.

REZENDE, Rogerio; HEYNEN, Hilde. Segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília. **Revista Thesis**, v. 9, n. 17, 14 ago. 2024.

REZENDE, Rogerio; HEYNEN, Hilde. A Dimensão Racial da Desigualdade e Segregação Socioeconômica em Brasília. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 30, n. 2, p. 5–40, 28 fev. 2025.

SAID, Edward W. **Orientalism**. London: Routledge & Kegan, 1978.

TAVARES, Paulo. Brasília: Colonial Capital. **e-flux architecture**, 2020.

VÁZQUEZ, Rolando. **Vistas of modernity: decolonial aesthetics and the end of the contemporary**. Amsterdam: Mondriaan Fund, 2020.

VELLOSO, Rita. **Urbano-Constelação**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa à Brasília: l'invention d'une capitale (XIXe-XXe siècles)**. Paris: Iheal Éditions, 2002.

Recebido em: 04/11/2025

Aceito em: 29/11/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v14i0.71549

Como citar: REZENDE, Rogério. Modernidade e Colonialidade: Estética, Espaço e Política no Palácio da Alvorada. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 14, n. 2, p. 153-173, 2025.



NAPPE
NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL